

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 880

SALÁRIO MÍNIMO E BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL: UMA RESENHA DA LITERATURA *

Carlos Henrique Corseuil**

Luciana M. S. Servo***

Rio de Janeiro, maio de 2002

* Os autores agradecem ao serviço de documentação do IPEA pela inestimável ajuda no levantamento bibliográfico. Agradecem, também, os comentários feitos por Marcos Lisboa, Naércio Menezes e Lauro Ramos em outra versão deste texto. Quaisquer erros e omissões são de inteira responsabilidade dos autores.

** Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.
kiko@ipea.gov.br

*** Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.
lmsantos@ipea.gov.br

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guilherme Gomes Dias

Secretário Executivo – Simão Ciríneu Dias

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Roberto Borges Martins

Chefe de Gabinete

Luis Fernando de Lara Resende

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Eustáquio José Reis

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Gustavo Maia Gomes

Diretor de Administração e Finanças

Hubimaier Cantuária Santiago

Diretor de Estudos Setoriais

Luis Fernando Tironi

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Murilo Lôbo

Diretor de Estudos Sociais

Ricardo Paes de Barros

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 O ARCABOUÇO TEÓRICO 2

3 UM PANORAMA DA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS 5

4 UM PANORAMA DA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA 11

5 UM PANORAMA DA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE EMPREGO 12

6 UM PANORAMA DA LITERATURA ESTRANGEIRA 14

7 BALANÇO GERAL E SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS 15

BIBLIOGRAFIA 20

SINOPSE

Este texto visa informar o leitor sobre a literatura empírica referente ao salário mínimo e seus efeitos sobre o mercado de trabalho, distribuição de renda e pobreza, com a intenção de motivar novas pesquisas nessa área. Além de uma descrição sucinta do conteúdo dos trabalhos publicados, procuramos identificar questões que se acredita já resolvidas e levantar outras que são pouco ou não são abordadas.

ABSTRACT

This paper aims to shed some lights on the empirical literature about the effects of minimum wage on brazilian labor market and income distribution. In addition to point to stylized facts we also tried to motivate new research lines in this area. We overview the contents of each contribution describing which questions are answered and which are still with no satisfactory answer.

1 INTRODUÇÃO

O salário mínimo é um instigante quebra-cabeça na área de economia aplicada. A sociedade tem convicção de que essa política é benéfica para o seu bem-estar. No entanto, estudos mostram resultados ambíguos a esse respeito. Portanto, resolver essa aparente contradição, compreendendo o real efeito dessa política sobre o bem-estar social, tem sido um dos objetivos da atual agenda de pesquisa dessa área.

O alegado efeito positivo do salário mínimo sobre a distribuição de renda e a pobreza tem sido uma das principais justificativas para a fixação e aumentos de seu valor. No caso brasileiro, esse argumento ganha ainda mais relevância ao se considerar o fato de o país apresentar indicadores preocupantes em relação à distribuição de renda. Com isso, é natural constatar que a grande maioria dos trabalhos sobre salário mínimo no Brasil avalia o impacto dessa política sobre a distribuição de renda ou sobre a distribuição de salários.

A controvérsia em torno do salário mínimo tem sua origem no momento em que o debate sobre a distribuição de renda brasileira ganha força no meio acadêmico.¹ Alguns trabalhos da década de 1970 argumentam que a queda do valor real do salário mínimo entre 1960 e 1970 contribuiu para a deterioração da distribuição de renda brasileira. O estudo de Macedo e Garcia (1978) procura contestar essa posição, argumentando que o salário mínimo no Brasil pouco afeta o mercado de trabalho, em particular no que diz respeito aos salários de trabalhadores não-qualificados (ou taxa de salário). A partir desse momento, vários pesquisadores procuraram contribuir para esse debate e um grande número de artigos foi publicado.

A literatura brasileira sobre salário mínimo pode ser decomposta em três grupos: *a)* os pesquisadores que buscam ampliar a compreensão dos efeitos do salário mínimo sobre a distribuição de salários; *b)* os pesquisadores que retomam a relação com a distribuição de renda; e *c)* os pesquisadores que analisam outros efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho.

Este texto visa informar o leitor sobre a literatura empírica referente ao salário mínimo e seus efeitos sobre o mercado de trabalho, distribuição de renda e pobreza, com a intenção de motivar novas pesquisas nessa área. Além de uma descrição sucinta do conteúdo dos trabalhos publicados, procuramos identificar questões que se acredita já resolvidas e levantar outras que são pouco ou não são abordadas.

Na maior parte dos estudos, a análise foi feita sem praticamente nenhuma discussão teórica anterior. Frequentemente, os estudos abordam a seguinte questão: qual grupo de trabalhadores tem seus salários e/ou empregos afetados (direta ou indiretamente) pelo mínimo? As estratégias empregadas para responder a essa pergunta estão relacionadas a diferentes teorias e são raros os estudos nessa linha que se preocupam em explicitá-las.

¹ Segundo Sedlacek e Barros (1989, p. 9), "o fato de que todos os estudos que trataram empiricamente do tema (*distribuição de renda*) tenham encontrado essencialmente o mesmo resultado — um substancial aumento da concentração da renda entre 1960 e 1970 — permitiu que a discussão se deslocasse da medição da desigualdade para a interpretação do fenômeno (...)".

Portanto, a próxima seção apresenta algumas formulações teóricas que poderiam ser usadas para embasar os estudos empíricos, que, por sua vez, são apresentados nas Seções 3 a 5, de acordo com a categorização da literatura brasileira já mencionada.

Na Seção 6 será apresentado um breve panorama da literatura internacional. Não é nossa intenção fazer uma resenha da mesma, mas apresentar as discussões abordadas por essa literatura e verificar se estas foram, também, objeto de análise na literatura nacional. O objetivo dessa seção é auxiliar no estabelecimento das bases para uma proposta de agenda de pesquisa referente ao caso brasileiro, que vem a ser o conteúdo da Seção 7.

2 O ARCABOUÇO TEÓRICO

Não existe, na discussão sobre salário mínimo, um modelo teórico predominante. Em compensação, pode-se dizer que há uma especialização de diferentes correntes do pensamento em certas questões. Por um lado, a teoria estruturalista-marxista centraliza sua atenção no papel do mínimo na determinação do salário, ignorando qualquer impacto sobre emprego. Por outro, a teoria neoclássica, apesar de tratar dos efeitos do salário mínimo sobre outros salários, concentra-se mais no efeito do salário mínimo sobre o emprego.

A primeira corrente afirma que a taxa de salários (menor remuneração paga à mão-de-obra não-qualificada) é determinada no núcleo capitalista da economia, dependendo do processo de acumulação capitalista e da correlação de forças sociais na luta pela repartição do produto. As taxas de salários variam historicamente, a depender dessa correlação de forças e do processo de acumulação, sendo seu piso inferior dado pelas necessidades básicas do trabalhador para sua reprodução. Além disso, essa taxa, determinada no núcleo capitalista da economia, serve como um parâmetro — “farol” — para as outras remunerações nos outros setores da economia. Ao fixar o salário mínimo, o governo estaria afetando não apenas a taxa de salários, como, também, os salários dos trabalhadores não-qualificados que não estão no núcleo capitalista da economia [ver Souza e Baltar (1979)].²

Para a segunda corrente, em um mercado em concorrência perfeita, com trabalhadores homogêneos e um único setor, onde todos os trabalhadores são cobertos pela legislação do salário mínimo, a fixação deste acima do nível de equilíbrio do mercado de trabalho implicaria uma redução da demanda por trabalho, o que levaria a uma redução do emprego na economia. Essa redução do emprego será maior, quanto maior o salário mínimo e mais elástica a curva de demanda por trabalho.³

Os modelos resumidos anteriormente seriam incompletos para analisar casos concretos de fixação do salário mínimo, visto que, em praticamente todos os países que têm algum salário mínimo, existem no mínimo dois setores — um coberto e

² Para uma discussão mais detalhada do modelo estruturalista, ver Camargo (1984), entre outros.

³ Essa redução pode ser pensada de duas formas: a) como aumento do desemprego, se houver uma busca efetiva, porém infrutífera, por trabalho; ou b) como desalento ou desencorajamento, se aqueles que forem dispensados deixarem de participar do mercado de trabalho. Portanto, na análise dos efeitos da fixação ou aumento do salário mínimo sobre o emprego deve-se levar em consideração, também, a taxa de participação no mercado de trabalho. Além disso, nesse modelo, a parcela dos trabalhadores que continuaram empregados e que ganhavam abaixo do mínimo teria seus salários igualados ao valor do salário mínimo.

outro não-coberto pela legislação ou aqueles que cumprem e aqueles que não cumprem a legislação. Ambas as correntes fazem considerações para o caso no qual há um setor coberto e outro não-coberto.

Para os neoclássicos, quando se introduz mais um setor na análise, os resultados vão depender basicamente das hipóteses feitas em relação à alocação entre trabalhadores nos setores coberto e não-coberto. Brown (1999) mostra que os resultados dos modelos serão muito diferenciados ao se considerar, por exemplo, que os trabalhadores são alocados aleatoriamente entre os dois setores ou que os trabalhadores escolhem trabalhar no setor não-coberto após terem procurado, sem sucesso, emprego no setor coberto. Além disso, alguns modelos do setor coberto não consideram a possibilidade de os trabalhadores permanecerem desempregados após terem sido demitidos deste setor. São três os trabalhos pioneiros na análise de dois setores: Welch (1976), Mincer (1976) e Gramlich (1976).⁴

No trabalho de Welch (1976), as hipóteses são de alocação aleatória dos trabalhadores entre setor coberto e não-coberto e ele não considera a possibilidade do desemprego. Um aumento do salário mínimo levará a uma redução do emprego no setor coberto. Os trabalhadores demitidos do setor formal podem buscar trabalho no setor não-coberto ou sair da força de trabalho. Se parte deles migrar para o setor não-coberto, haverá um aumento do nível de emprego e uma redução dos salários nesse setor.

Ao não considerar que parte dos trabalhadores que saem do setor coberto pode resolver continuar desempregada à espera de uma nova chance nesse setor, o modelo de Welch desconsidera potenciais efeitos do salário mínimo sobre desemprego. Gramlich (1976) e Mincer (1976) introduzem essa possibilidade na análise dos efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho, num modelo de dois setores. Como resultado desses modelos, um aumento do salário mínimo leva a uma redução do emprego no setor coberto. As implicações sobre o setor não-coberto dependerão das composições dos trabalhadores entre desempregados, empregados no setor não-coberto e inativos. No caso em que parte dos trabalhadores demitidos do setor coberto vai para o setor não-coberto, essa mudança pode compensar a redução do emprego no setor coberto. Caso os trabalhadores saiam da força de trabalho (inatividade) ou permaneçam desempregados, o emprego total cai.

Essa corrente passou a incorporar também outros desdobramentos relevantes, com destaque para o relaxamento da hipótese de concorrência perfeita, da hipótese de trabalhadores homogêneos e de informação perfeita.

O trabalho empírico de Card e Krueger (1994) mostra que, sob determinadas circunstâncias, um aumento do salário mínimo pode ter efeitos positivos sobre o emprego. Esse trabalho colocou um desafio para os modelos teóricos apresentados até então, o que fez surgir um renovado interesse em modelos alternativos, particularmente sobre adaptações do modelo monopsonista do mercado de trabalho. Na versão mais simples desses modelos, o empregador teria algum poder de mercado para fixar

⁴ Estes trabalhos encontram-se referenciados em Brown (1999).

o salário abaixo do valor que equilibra o mercado sem desemprego.⁵ Se o salário mínimo fixado for igual ao salário de concorrência perfeita, o efeito sobre emprego será positivo. Esse efeito só passa a ser negativo se o salário mínimo for fixado acima desse nível.

Rebitzer e Taylor (1995) também oferecem uma formulação teórica compatível com resultados positivos do mínimo sobre emprego. Esses autores apresentam um modelo de salário-eficiência como um mecanismo de incentivo a maior empenho do trabalhador sem a necessidade de monitoramento, tal como desenvolvido por Shapiro e Stiglitz (1984).

A incorporação de trabalhadores com diferentes níveis de qualificação complica ainda mais a análise. Os resultados vão depender se forem considerados apenas dois conjuntos: trabalhadores qualificados e não-qualificados — como em Card e Krueger (1995) — ou se for considerado um contínuo de qualificação — como em Pettengill (1981) e Heckman e Sedlaceck (1981).⁶

Resumindo, não há um consenso na literatura teórica, nem mesmo dentro da literatura neoclássica (incorporando os novos keynesianos), sobre os efeitos do aumento do salário mínimo no mercado de trabalho. Nos modelos em que se abandona a hipótese de concorrência perfeita, introduz-se a análise em dois setores e ainda se consideram diferenças de qualificação entre os trabalhadores, os resultados do aumento do salário mínimo vão depender de vários fatores, como a atratividade do setor coberto, as elasticidades da demanda por trabalho dos setores coberto e não-coberto, entre outros.

Recentemente, os modelos de *search* e *matching* (busca e casamento) mostraram um efeito ambíguo do mínimo sobre o emprego. De acordo com esses modelos, a determinação desse efeito resulta da combinação de um componente negativo e outro positivo. O primeiro componente é derivado do comportamento dos empregadores, que ficam mais exigentes para empregar um trabalhador diante de um reajuste. O segundo é derivado do comportamento dos trabalhadores, que tendem a ficar menos exigentes para aceitar uma oferta de emprego a salários mais altos. Masters (1999) expõe um modelo nessa linha e mostra, através de simulações para o caso americano, que o primeiro componente domina, em um ambiente de altos salários, ao passo que o segundo passa a dominar quando os salários são menores.

Há ainda alguns modelos teóricos sobre salário mínimo baseados na hipótese de seleção adversa [ver Drazen (1986), Lang (1987), Perri (1991) e Coelho (1999)]. Esses modelos não têm como foco o efeito sobre emprego, mas sobre o bem-estar social. Os resultados mostram que, sob certas hipóteses, um aumento de salário induzido por um reajuste do mínimo pode levar a uma melhora de bem-estar no sentido de Pareto. Os ganhos do salário mínimo seriam justificados por um aumento na produtividade esperada do trabalhador [Drazen (1986), Perri (1991) e Coelho

⁵ Nesse modelo, a demanda por trabalho não é dada só pela produtividade marginal do trabalho. A quantidade demandada (e efetivamente contratada) é determinada pela equalização da produtividade marginal do trabalho ao seu custo marginal. A essa quantidade de trabalho, o nível de salário de equilíbrio é então determinado pela curva de oferta de trabalho. Essa última curva, passando por baixo da curva de custo marginal, determina um salário menor do que aquele apontado pelo cruzamento da curva de oferta com a de produtividade marginal do trabalho. Maiores detalhes podem ser conferidos em Card e Krueger (1995, cap. 11).

⁶ Para uma resenha mais formalizada dos modelos, ver Foguel (1997) e Brown (1999).

(1999)] ou pela possibilidade de reduzir os investimentos em sinalização [ver Lang (1987)].

Passaremos agora ao que é o objetivo deste trabalho, qual seja, apresentar a discussão sobre os efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho brasileiro. Mostraremos que, assim como na discussão teórica geral, não há consenso na literatura empírica sobre os efeitos do salário mínimo.

3 UM PANORAMA DA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS

O debate a respeito da influência do mínimo sobre a distribuição de salários é, certamente, um dos mais antigos na literatura brasileira de economia do trabalho. O professor Jorge Kingston, em uma série de artigos nos anos de 1950, fez considerações diversas sobre como episódios de reajustes do mínimo daquela época afetariam a massa salarial, ou folha de salários em sua terminologia [ver Kingston (1954, 1958 e 1959)].⁷ A partir daí são realizadas investigações mais detalhadas, analisando a sensibilidade de certos momentos dessa distribuição a reajustes do mínimo. Em relação a esta discussão, os estudos podem ser subdivididos em quatro outros grupos: *a*) aqueles que buscam analisar a incidência do mínimo na distribuição dos salários; *b*) aqueles que relacionam o valor do salário mínimo ao valor do salário médio; *c*) aqueles que identificam efeitos diferenciados do salário mínimo em outros salários de acordo com a posição na distribuição de salários e com o salário médio; e *d*) aqueles que discutem a direção da causalidade entre salário mínimo e outros salários.

3.1 ESTUDOS SOBRE INCIDÊNCIA DO MÍNIMO NA DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS

Bacha, Mata e Modenesi (1972) analisam a importância do salário mínimo na determinação dos salários na indústria, tendo como base a evolução da proporção de trabalhadores com remuneração fixada em valores em torno do mínimo. Os autores analisam o período entre 1940 e 1969 e argumentam que apenas entre 1946 e 1951 o mínimo não exerceu um papel importante na determinação dos salários industriais. Os autores concluem que, no fim da década de 1960, a importância do mínimo vinha decrescendo, mas essa política ainda exercia alguma influência.

Macedo e Garcia (1978), em artigo polêmico, contestam que o salário mínimo seja capaz de determinar os salários dos trabalhadores não-qualificados (definida por eles como a taxa de salários) e que o salário mínimo seja o piso salarial (a menor remuneração do trabalhador brasileiro). Para contrapor-se àqueles que argumentam que o salário mínimo é importante, esses autores analisam a proporção de trabalhadores que recebem salário mínimo e como ela evolui entre 1967 e 1974, mostrando que apenas uma pequena parcela da população economicamente ativa

⁷ À exceção do primeiro artigo, os demais fazem dessa estimativa um passo intermediário para discutir efeitos macroeconômicos do mínimo. O primeiro artigo faz uma exposição detalhada da metodologia empregada pelo autor para realizar o exercício mencionado.

percebia até 1,5 salário mínimo e que este percentual vinha caindo ao longo do período.⁸

Segundo Cacciamali, Portela e Freitas (1994, p. 32) “a interpretação de Macedo e Garcia acerca do salário mínimo e da determinação dos salários na economia brasileira pode ser sintetizada da seguinte maneira: a fixação do salário mínimo é irrelevante para a determinação dos níveis salariais, em especial dos trabalhadores não-qualificados. Isso por três motivos: *a*) a abrangência do salário mínimo é muito limitada, não englobando aqueles que se situam no patamar inferior da distribuição pessoal da renda; *b*) se o salário mínimo estiver acima do salário de equilíbrio, as empresas dispensam os trabalhadores, que se deslocarão do setor capitalista para o não-capitalista, passando a auferir rendas inferiores àquelas do setor capitalista; e *c*) o salário de subsistência é que determina o piso salarial do setor capitalista. Isso em virtude da existência de um excedente de mão-de-obra no setor não-capitalista, que só aceita trabalhar no setor capitalista caso a remuneração seja maior”.

Em seu artigo, Souza e Baltar (1979) defendem que o salário mínimo determina a taxa de salário.⁹ Segundo eles, a taxa de salários seria “farol” para as remunerações auferidas pelo restante do pessoal não-qualificado, incluindo os ocupados na pequena produção mercantil. Afirmam que a taxa de salários de uma economia capitalista é determinada endogenamente, dependendo do processo de acumulação capitalista e da correlação de forças sociais.¹⁰

Para reforçar sua argumentação referente ao fato de o salário mínimo determinar a taxa de salários, Souza e Baltar (1979) utilizam dados do Dieese, num primeiro momento, para argumentar que a estrutura salarial da grande indústria brasileira, a indústria automobilística, possuía, entre abril e maio de 1978, 25% da sua força de trabalho com salários inferiores a duas ou duas vezes e meia um salário mínimo. Afirmam que um salário mínimo duas vezes maior afetaria substancialmente os salários dessa indústria. Em um segundo momento, esses autores mostram que a dispersão da taxa de salários destes reduziu-se entre 1961 e 1966 e aumentou significativamente entre 1966 e 1971. Segundo eles, o rápido crescimento da indústria paulista nesse período, aliado à aceleração da inflação, levou ao descolamento observado, o que não implica uma redução da importância do salário mínimo na determinação da taxa de salários da economia.

⁸ Esses autores utilizam várias bases de dados, entre elas a Lei dos 2/3, os censos e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, sendo a utilização dos dados contidos na referida lei objeto de crítica posterior.

⁹ Logo na introdução, afirmam que “a taxa de salários da economia urbana capitalista no Brasil foi determinada basicamente num passado recente pela política de reajustes do salário mínimo”. Definem o que entendem por taxa de salários que seria “o salário-base pago à força de trabalho não-qualificada do núcleo realmente capitalista de uma economia” [ver Souza e Baltar (1979, p. 631)].

¹⁰ Criticando o trabalho de Macedo e Garcia, Souza e Baltar afirmam que há um problema na utilização da Lei dos 2/3 como fonte de dados para corroborar a redução do número de trabalhadores recebendo salário mínimo entre 1967 e 1974. “É sabido que a política governamental brasileira em relação aos salários vigentes, especialmente desde 1967 e pelo menos até 1978, ordenava coerentemente não só os reajustes do salário mínimo, como também das diversas categorias trabalhistas, através dos coeficientes que mensalmente eram aplicados aos dissídios coletivos. Desconsiderando variações tanto nos ‘índices de produtividade’ aplicados às fórmulas de reajustamento salarial e variações na mesma fórmula, os reajustes em cada categoria e do salário mínimo (tornados anuais no período analisado) tenderiam a refletir variações do custo de vida nos 12 meses anteriores à data de reajuste. Assim, ao comparar a proporção de pessoas com rendimentos iguais a um múltiplo qualquer do salário mínimo, num ponto qualquer do tempo situado entre a data do seu último reajuste e o da categoria trabalhista, a proporção de trabalhadores nas classes próximas a ele deveria cair se a inflação estivesse desacelerando. O contrário ocorreria se a coleta se verificasse entre o reajuste da categoria e o do salário mínimo” [Souza e Baltar (1979, p. 636)].

Cacciamali, Portela e Freitas (1994, p. 34) resumem o debate entre Macedo e Garcia (1978 e 1980) e Souza e Baltar (1979 e 1980) em duas questões: *a*) Macedo e Garcia sustentam que a fixação do salário mínimo por parte do governo é irrelevante para a formação dos salários dos mercados formal e informal de trabalho no Brasil. Souza e Baltar afirmam precisamente o contrário; e *b*) Macedo e Garcia consideram que é o salário do setor não-capitalista que condiciona o nível do salário do mercado capitalista. Neste caso, Souza e Baltar também afirmam precisamente o oposto.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, vários autores estarão entrando nesse debate e, em geral, fazendo menção à referida controvérsia. Camargo e Serrano (1983) fazem algumas considerações teóricas sobre os efeitos do mínimo no mercado de trabalho e como estes afetariam a distribuição de renda. Sabóia (1985) entra nesse debate rerepresentando os argumentos de Macedo e Garcia (1978 e 1980) e Souza e Baltar (1979 e 1980) e expondo uma análise sobre a relação entre salário mínimo e taxa de salários.

Utilizando a Rais, a Lei dos 2/3 e dados do Dieese, Sabóia calcula dados sobre o percentual de trabalhadores recebendo até 1,5 salário mínimo e os pisos salariais negociados para algumas categorias de trabalhadores. Segundo ele, os dados para São Paulo e Rio de Janeiro não permitem dizer se houve redução da importância do salário mínimo na determinação da taxa de salário da economia brasileira. Ele apresenta dados para regiões e unidades da Federação mostrando que, para o ano de 1976, “os elevados percentuais de trabalhadores recebendo em torno do salário mínimo são generalizados, tanto regionalmente, quanto setorialmente (inclusive na indústria)”.

3.2 ESTUDOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O SALÁRIO MÍNIMO E O VALOR MÉDIO DA DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS

Bacha e Taylor (1978), usando fontes diversas, investigam, em caráter pioneiro, a relação entre salário mínimo e salário médio no Brasil. Esses autores mostram um coeficiente positivo e de magnitude significativa para o salário mínimo numa regressão que tem como variável dependente o salário médio.

Alguns trabalhos passaram a restringir o universo dessa análise de regressão para os trabalhadores não-qualificados. Entre esses autores estão Drobny e Wells (1983), que especificam um modelo no qual o salário-hora dos serventes da construção civil de cada unidade da Federação depende do salário mínimo por hora regionalizado. Segundo eles, se a constante da equação (α) for igual a zero e o parâmetro estimado do salário mínimo (β) for igual a 1, estaria sendo validada a hipótese institucional (salário mínimo afeta taxa de salários), ao passo que se α for menor que zero e β maior que a unidade, a hipótese de mercado estaria sendo validada. A equação por eles proposta é estimada separadamente por *cross-section* e por séries de tempo.

Segundo esses autores, entre 1969 e 1973, os resultados da análise *cross-section* são consistentes com a hipótese institucional, ao passo que entre 1974 e 1979 há uma validação da hipótese de mercado. Na análise por séries de tempo, os autores mostram descolamentos do coeficiente do salário mínimo para várias regiões. Apesar disso, concluem que as taxas de salários para a mão-de-obra não-qualificada

(serventes) nas empresas do setor formal da construção civil são determinadas pelo salário mínimo.¹¹

Velloso (1990) se propõe a contribuir para a discussão analisando, a partir de dados das PNADs de 1976 a 1986 para as regiões metropolitanas, a relação entre salário mínimo e taxa de salários.¹² Por meio de regressão, estima duas equações, nas quais a variável dependente é o logaritmo do salário médio (ou mediano) real dos empregados não-qualificados e a variável independente, na primeira equação, é o logaritmo do salário mínimo real e, na segunda, além deste, inclui a taxa de desemprego aberta no mês.¹³

Em suas conclusões, Velloso afirma que o resultado da estimação das equações para o caso dos empregados com carteira confirma a relevância do salário mínimo na determinação do salário médio dos trabalhadores não-qualificados, mas a elasticidade do salário mínimo é estatisticamente diferente de zero, porém menor do que a unidade. Para os trabalhadores sem carteira, os resultados são inconclusivos.¹⁴

Carneiro e Henley (1998) analisam a relação existente entre o salário mínimo e o salário médio do setor industrial, entre os anos de 1980 e 1993, para São Paulo. O modelo de regressão especifica como variáveis de controle a produtividade, o desemprego, o valor dos encargos e o tamanho do setor informal.

O trabalho chama a atenção para a sensibilidade dos resultados diante das mudanças de especificação do modelo de regressão, em particular aquelas relacionadas às propriedades de não-estacionariedade das séries. Os resultados de uma regressão estática apontam para uma relação positiva entre o crescimento do salário médio do setor industrial e o crescimento do valor atribuído ao salário mínimo. Em contrapartida, os resultados da estimativa de uma relação de cointegração e de um vetor de correção de erros afirmam exatamente o oposto.

¹¹ Esse artigo será criticado pela base de dados utilizada que, segundo Reis (1989), tem qualidade duvidosa, o que poderia redundar, em algumas regiões, em uma regressão de salário mínimo contra salário mínimo, devido ao pequeno tamanho da amostra. Chama a atenção, também, para a possibilidade de as empresas que estão prestando informações não declararem valores abaixo do mínimo por se tratar de uma pesquisa de um órgão oficial — o IBGE. Velloso (1990) chama a atenção para o fato de que os resultados do subperíodo 1974-1979 deveriam ter sido um empecilho para Drobny e Wells argumentarem tão veementemente em favor da hipótese institucional.

¹² O autor também apresenta cronologicamente todo o debate brasileiro sobre a questão do salário mínimo e da taxa de salários, até o final da década de 1980. Critica o trabalho de Souza e Baltar (1979) por eles generalizarem as conclusões (da indústria metalúrgica para toda a indústria de transformação) e pelo fato de afirmarem sem comprovar empiricamente a tese do efeito farol.

¹³ Segundo ele, a primeira equação segue Drobny e Wells (1983), ao passo que a segunda “incorpora sugestão de Bacha e Taylor (1978) e Reis (1989) de incluir uma variável que procura captar as condições de maior ou menor aquecimento do mercado de trabalho”.

¹⁴ “Uma visão mais arrojada sugere que o mercado de trabalho dos sem carteira é mais ‘livre’ ou desprotegido do que o dos com carteira, sendo difícil aceitar a tese de que o salário mínimo serviria de farol para os salários do mercado informal de trabalho” [Velloso (1990, p. 28)].

3.3 ESTUDOS SOBRE O IMPACTO RELATIVO DO MÍNIMO NO VALOR DO SALÁRIO DE ACORDO COM A POSIÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS

Hoffmann (1973) foi o pioneiro nesse tipo de investigação ao tentar fazer um contraponto ao trabalho de Langoni (1973).¹⁵ Hoffmann constata, em uma análise de regressão, que o salário mínimo tende a estar negativamente relacionado com a concentração da renda do trabalho.

Camargo (1984) traz um *insight* teórico sobre impactos diferenciados do mínimo nos outros salários. O autor formula uma hipótese de que o mínimo deve afetar de forma mais intensa a remuneração dos trabalhadores ligados à produção do que a dos demais trabalhadores. Essa hipótese é testada por meio de uma regressão tendo como variável dependente a razão dos salários dos trabalhadores ligados a funções administrativas e à produção. Os resultados mostram que o salário mínimo está negativamente relacionado com essa razão, sendo interpretado pelo autor como evidência de que o mínimo comprime a distribuição de salários.

Recentemente, os trabalhos sobre a relação entre salário mínimo e outros salários buscam identificar explicitamente como a relação varia de acordo com a posição relativa do trabalhador na distribuição de salários. Fajnzylber (2001) e Lemos (2001) especificam modelos de regressão que permitem esse tipo de análise.

O primeiro trabalho estima como variações do salário mínimo afetam variações dos salários observadas longitudinalmente na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE. A especificação do modelo estimado permite efeitos distintos do mínimo, de acordo com a posição relativa dos indivíduos na distribuição de salários. Os resultados apontam efeitos sempre significativos dos reajustes do mínimo, com sua magnitude tão maior quanto menor for sua remuneração. O autor destaca que esses resultados são observados tanto para os empregados do setor formal quanto para os do informal e que os efeitos tendem a ser maiores para homens e chefes de família.

O segundo trabalho estima os efeitos do mínimo sobre o salário correspondente ao valor de diversos percentis de sua distribuição. A autora também usa a PME agregando seus dados por região metropolitana, fazendo um *pooling* de 6 regiões e 214 meses. Seus resultados mostram efeitos positivos do mínimo sobre os salários de todos os decis, sendo mais pronunciados os efeitos sobre os decis inferiores. Vale mencionar que esse resultado é robusto a diversas especificações alternativas para a mensuração do mínimo. A autora conclui, portanto, que o salário mínimo tende a comprimir a distribuição de salários.¹⁶

¹⁵ Por sua vez, esse trabalho investigava a importância relativa de alguns determinantes da distribuição de renda brasileira sem levar em consideração aspectos relacionados à política salarial.

¹⁶ O artigo também apresenta uma análise gráfica com estimativas não-paramétricas da distribuição de salários em 1992, antes e depois de um reajuste do mínimo. Os resultados dessa análise apontam na mesma direção da análise de regressão. Soares (2002) faz o mesmo tipo de análise gráfica no período pós-real, atentando para o fato de que, apesar de haver uma concentração no valor do mínimo, uma parcela considerável recebe salários inferiores.

3.4 ESTUDOS SOBRE A DIREÇÃO DA CAUSALIDADE ENVOLVENDO SALÁRIO MÍNIMO E OUTROS SALÁRIOS

Cacciamali, Portela e Freitas (1994) criticam os trabalhos anteriores ao seu por assumirem *a priori* que a direção da causalidade é do salário mínimo para o salário médio. Segundo eles, nada garante que exista essa causalidade e que os resultados estariam mostrando apenas uma correlação entre salário mínimo e salário médio dos empregados não-qualificados.

Utilizando dados da PME para a região metropolitana de São Paulo, realizam um teste de causalidade de Granger, encontrando que a causalidade de Granger seria unidirecional para os empregados com carteira: o salário mínimo real Granger causando o salário médio real. Para os empregados sem carteira, afirmam que haveria independência entre essas variáveis, não apresentando evidências a favor do efeito farol, o que corroboraria as conclusões de Velloso (1990).

Três trabalhos desenvolvidos quase simultaneamente também incorporam testes de causalidade para a relação salário mínimo e outros salários. Barros e Lemos (1998) mostram que o salário mínimo afeta positivamente o salário médio até o quinto trimestre após o choque. Um choque no sentido inverso, por sua vez, afeta positivamente o salário mínimo por um período de três trimestres, concluindo-se pela bicausalidade entre o salário mínimo real e o salário médio da indústria de transformação. Continuando nesta linha de estudos sobre causalidade, Soares (1998) discute, também, a existência de quebra estrutural, levantando a hipótese de que a instabilidade econômica que marcou o período sob exame pode ter afetado a relação entre salário médio e salário mínimo. Utiliza como principal fonte de dados a PME. Seus resultados mostram uma mudança na forma da relação entre salário médio e salário mínimo, indicando reversão da causalidade entre os dois subperíodos analisados.¹⁷

Por fim, Carneiro e Faria (1997) também consideram uma quebra estrutural, considerando assim a causalidade em dois subperíodos: o primeiro de janeiro de 1980 a dezembro de 1985 e o segundo de janeiro de 1986 a dezembro de 1993. Concluem que variações no valor do salário mínimo teriam precedência temporal perante o valor do salário de mercado entre janeiro de 1980 e dezembro de 1985. No período entre janeiro de 1986 e dezembro de 1993, a alteração nos valores ocorre simultaneamente, levando a crer que nenhum dos agentes teria poder de determinação sobre o outro. Vale ressaltar que esse artigo incorpora uma notável contribuição no que diz respeito à formulação teórica de como o salário mínimo e os demais salários seriam determinados conjuntamente num processo de barganha envolvendo governo, firmas e trabalhadores.

¹⁷ Segundo o autor, a racionalidade para isso seria dada pelo fato de o salário mínimo regular não apenas os rendimentos dos trabalhadores do setor privado da economia, mas também os dos trabalhadores do setor público e os benefícios da previdência. O salário mínimo estaria, em grande medida, sendo muito mais determinado em função da situação fiscal do governo [ver Soares (1998, p. 16)].

4 UM PANORAMA DA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA

Os estudos que retomam a relação do salário mínimo com a distribuição de renda e incorporam a discussão sobre pobreza podem ser divididos em três grupos: *a)* aqueles que analisam a relação com a distribuição de renda e/ou pobreza sem incorporar ou explicitar os efeitos sobre o mercado de trabalho; *b)* os que analisam a relação dessa política com a distribuição de renda, incorporando o efeito sobre os demais salários mas não incorporando outros efeitos no mercado de trabalho, como, por exemplo, sobre o nível de emprego; e *c)* aqueles que incorporam efeitos sobre o mercado de trabalho que não apenas sobre os salários.

4.1 ESTUDOS QUE NÃO INCORPORAM OU NÃO EXPLICITAM OS EFEITOS VIA MERCADO DE TRABALHO

Cardoso (1993), Neri (1997) e Hoffmann (1998) retomam a preocupação explícita de como o salário mínimo afeta a distribuição de renda, estimando formas reduzidas dessa relação. O primeiro trabalho encontra evidências de que maiores valores do salário mínimo estão associados a maiores valores de índices de desigualdade (Gini e Theil). No terceiro trabalho a relação aparece com o sinal oposto.¹⁸ Por fim, o segundo trabalho mostra uma relação negativa entre proporção de pobres e salário mínimo.

Reis e Ramos (1994) fazem uma descrição minuciosa dos recebedores do salário mínimo, mostrando, entre outras características, a posição relativa desses indivíduos na distribuição de renda familiar. O exercício se propõe a identificar o potencial impacto de um reajuste do mínimo nessa distribuição. Os autores se mostram pessimistas quanto a uma possível melhora distributiva, visto que, em 1989, 35% dos recebedores de salário mínimo estavam nos cinco decis superiores da distribuição de renda familiar.

4.2 ESTUDOS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA QUE INCORPORAM APENAS OS EFEITOS VIA SALÁRIOS

Reis (1989) simula o impacto de um reajuste do salário mínimo sobre diversos indicadores de desigualdade de renda para 1985. O autor considera aumentos de 25% e 50% para todos os trabalhadores com carteira assinada que recebiam salários entre 0,75 e 1 salário mínimo. Além disso, era reajustada para o valor simulado do salário mínimo a remuneração que estivesse contida entre esse valor e o valor vigente. Os resultados mostram impactos inexpressivos dessa política sobre a desigualdade.

Neri, Gonzaga e Camargo (2001) fazem um exercício análogo estendendo o universo coberto pela simulação aos trabalhadores sem carteira assinada e aos autônomos. Após demonstrarem uma alta incidência de recebedores de mínimo nesses setores, os autores simulam como um aumento do mínimo afetaria o nível de pobreza em 1996. De fato, a conclusão é que a pobreza diminuiu, como era de se esperar, porém com importante contribuição dos efeitos sobre os trabalhadores informais.

¹⁸ Nesse trabalho os índices de desigualdade utilizados são os de Gini, dual de Theil e percentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos. Vale dizer que o primeiro trabalho usa dados da PME, enquanto o segundo, da PNAD.

Barros *et alii* (2001) usam o caráter longitudinal da PME para tentar melhorar a identificação de quem é afetado pelo salário mínimo. Acompanhando os indivíduos amostrados nos meses anteriores e posteriores aos reajustes de 1995 a 1998, os autores decompõem a variação observada nos níveis de pobreza em componentes relacionados ao reajuste do mínimo e aqueles relacionados a outros fatores. Os autores mostram que os componentes relacionados ao mínimo que não incorporam efeitos sobre o emprego são responsáveis por uma parcela considerável da queda observada nos índices de pobreza. No entanto, em termos absolutos, o efeito desses componentes é bastante limitado, com os índices caindo, em média, 4% para um aumento de 10% do mínimo.

4.3 ESTUDOS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA QUE INCORPORAM EFEITOS DIVERSOS NO MERCADO DE TRABALHO

Ramos e Reis (1995) inovam em relação às simulações descritas na seção anterior ao introduzir algum efeito do salário mínimo sobre o emprego. Os autores analisam cenários baseados em valores distintos (inclusive zero) para elasticidade do emprego formal ao salário mínimo. As simulações contam ainda com a suposição de que os trabalhadores que perdem o emprego no setor formal são absorvidos pelo informal, onde o salário diminui na mesma proporção do aumento do número de trabalhadores. Esse trabalho aponta efeitos bastante limitados do salário mínimo tanto sobre a desigualdade como a pobreza, independentemente do cenário considerado.

Barros *et alii* (2001) também incorporam, em uma simulação, a perda de emprego observada para aqueles que ganhavam exatamente o valor do mínimo no momento do reajuste. Esse componente tende, naturalmente, a aumentar a pobreza. No entanto, esse efeito não é suficiente para reverter a queda relacionada aos componentes de aumento salarial mencionados no item anterior.

Barros, Corseuil e Cury (2000) fazem um exercício que incorpora não só os efeitos sobre emprego como todos os impactos indiretos derivados de um arcabouço de equilíbrio geral. Os resultados também sugerem inexpressivos impactos do salário mínimo sobre a pobreza no Brasil. O fato mais interessante exposto nesse trabalho é que um aumento do mínimo elevaria a pobreza caso não houvesse reajustes de aposentadorias vinculadas ao mínimo.

5 UM PANORAMA DA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE EMPREGO

Neri (1997) computou transições entre a posição de com carteira assinada para o setor informal e para o grupo de não-ocupados. Usando dados longitudinais da PME, o autor mostra que no episódio de maio de 1995 essas transições foram maiores do que os valores médios de outros episódios de reajuste do mínimo.

Em seu trabalho, Foguel (1997) analisa o efeito de elevações do salário mínimo não somente sobre a taxa de desemprego aberto, mas também sobre a taxa de

atividade, o grau de formalização, proporção de ocupados, dentre outros.¹⁹ Utilizando o método de diferenças em diferenças, estima, com os dados da PME de 1982 a 1987, os impactos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho. Escolhe como período de pré-convergência os 24 meses que antecedem a unificação do mínimo (entre maio de 1982 e abril de 1984). Exclui da análise o período de maio de 1984 a abril de 1985, em que o mercado estaria se ajustando, escolhendo como período de pós-convergência os 24 meses após o final do período excluído: maio de 1985 a abril de 1987.

Analisando os resultados da estimação, Foguel mostra que um aumento no salário mínimo tende a elevar o percentual de inativos e desocupados. Um resultado interessante refere-se às mudanças no grau de formalização, derivadas de aumentos do salário mínimo. Um aumento do salário mínimo tenderia a elevar a proporção de empregados com carteira assinada no total de ocupados. Por outro lado, para as outras posições na ocupação, aumentos no mínimo tenderiam a reduzir suas proporções entre os ocupados.²⁰

Foguel, Ramos e Carneiro (2001) fazem uso de séries de tempo para estimar o efeito de curto e longo prazos do salário mínimo sobre o emprego. Utilizando dados da PME para os anos de 1982 a 1999 e separando a análise entre empregados do setor formal e do setor informal, seus resultados mostram um impacto negativo do salário mínimo sobre o emprego no setor formal da economia, no longo prazo, o contrário ocorrendo para os empregados do setor informal.²¹ A dinâmica de curto prazo apresenta o mesmo padrão encontrado no longo prazo.²²

Fajnzylber (2001) obtém estimativas indiretas da elasticidade-emprego do salário mínimo.²³ Seus resultados apontam efeitos negativos e modestos para os empregados com carteira, e também negativos, porém de magnitude maior, para os sem-carteira e autônomos. Esses efeitos se mostram mais pronunciados para homens e chefes de família.

Corseuil e Morgado (2001) voltam a empregar o método de diferenças em diferenças para avaliar o efeito do mínimo sobre o emprego. A estratégia de identificação desse trabalho contrasta as probabilidades de transição dos trabalhadores com remuneração no intervalo definido pelos valores do mínimo antes e depois de cada reajuste entre 1995 e 1999 com as probabilidades de trabalhadores com remuneração ligeiramente maior do que o novo valor do mínimo. Seus resultados são

¹⁹ Definindo a taxa de atividade como sendo a razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa; a proporção de ocupados como sendo a razão entre o total de ocupados e a população em idade ativa; e a taxa de desemprego no mês (na semana), como a razão do total de desocupados no mês de referência (na semana de referência) sobre a PEA. Ele ainda define essas medidas por posição na ocupação, por setor e para chefes de famílias.

²⁰ Analisa, ainda, os efeitos do salário mínimo sobre a composição da força de trabalho por setor de atividade e sobre a estrutura do desemprego. O autor mostra que a elevação do mínimo tende a aumentar o desemprego dos entrantes, reduzir a participação da população em idade ativa da indústria de transformação, do comércio e da construção civil e a aumentar a participação nos serviços e outros setores.

²¹ A elasticidade emprego-salário mínimo estimada varia de $-0,001$ a $-0,024$ no setor formal e de $0,0004$ a $0,003$ no setor informal.

²² Carneiro (2001) complementa essa análise com testes de exogeneidade e comprova que o mínimo é uma variável superexógena nas equações de emprego de ambos os setores.

²³ O autor mostra que o contraste da estimativa da elasticidade dos salários para um grupo que inclui os trabalhadores que transitaram entre o *status* de ocupado e o de não-ocupado com aquelas para um grupo que inclui somente os que permaneceram empregados é suficiente para determinar a elasticidade-emprego.

inconclusivos, visto que uma grande heterogeneidade de efeitos é reportada de acordo com o ano analisado.

Lemos (2001) também usa seu “menu” de medidas do salário mínimo para identificar o efeito dessa política sobre emprego. A amostra é composta do mesmo *pooling* usado na investigação sobre os salários. Um detalhe interessante na estratégia para a investigação sobre emprego é o uso de uma decomposição do emprego total em homens e horas. Seus resultados variam um pouco, de acordo com a especificação do modelo. Os efeitos sobre homens apontam uma relação nula ou ligeiramente negativa enquanto a relação com horas é positiva.

6 UM PANORAMA DA LITERATURA ESTRANGEIRA

Nesta seção faremos uma breve exposição da literatura sobre salário mínimo e bem-estar aplicada a outros países. Nosso intuito é informar quais as dimensões de bem-estar mais investigadas e as respectivas estratégias empíricas empregadas a fim de ilustrar possíveis desenvolvimentos para esse tema no Brasil. A nossa exposição se concentrará na resenha de Brown (1999), que, por sua vez, prioriza estudos para os Estados Unidos.

O primeiro fato a ser destacado é a inversão de prioridades da literatura americana em relação ao foco das investigações das conseqüências do salário mínimo. Uma atenção considerável é destinada a identificar o efeito dessa política sobre o nível de emprego, que vem a ser a dimensão menos estudada no Brasil. As questões referentes à distribuição de salário e de renda ocupam um espaço sensivelmente menor.

No que diz respeito às estratégias empíricas, cabe dizer que, nos Estados Unidos, tanto variações regionais como temporais podem ser usadas para identificar efeitos do salário mínimo. De fato, ambas as dimensões são bem exploradas, com alguns estudos usando as duas simultaneamente.

Vale destacar as iniciativas de cunho metodológico empregadas para aperfeiçoar a identificação dos efeitos de reajustes do mínimo. Algumas já foram empregadas em estudos para o Brasil mencionados nas seções anteriores. Por exemplo, decompor o efeito sobre emprego em horas e trabalhadores, já foi considerado por Lemos (2001). Os refinamentos propostos para medir a variável salário mínimo constituem outro desafio metodológico. A proposta é achar uma variável que medisse quão restritivo é, para as empresas, o valor imposto pela legislação. Dessa forma, o uso desse valor pode não ser adequado, visto que os momentos, quando o valor está mais baixo, podem coincidir com recessões e representar, portanto, momentos em que as firmas têm dificuldade de pagar os valores exigidos pela legislação.²⁴ Dessa forma, algumas ponderações do valor do mínimo são sugeridas, combinando salário médio, percentual de cobertos e tamanho do pico (*spike*) em torno do mínimo.²⁵ Lemos (2001) incorporou essa discussão para a análise do caso brasileiro.

²⁴ De forma análoga, as firmas dos estados mais pobres podem ter dificuldades maiores de pagar valores até menores do que as firmas dos estados mais ricos.

²⁵ *Spike* vem a ser uma deformação na distribuição de salários devido a uma superconcentração de indivíduos em torno de um ponto (no caso, o valor do mínimo).

Entre as iniciativas pouco exploradas para o caso brasileiro, destacamos a restrição do universo de análise para indivíduos pertencentes a “uma população de risco”. Quando a fonte dos dados é uma pesquisa domiciliar, é comum restringir a amostra aos jovens. Já quando as fontes são pesquisas de estabelecimento, é comum restringir a investigação aos setores que tendem a pagar salários mais baixos para os empregados.

Outra contribuição relatada em Brown (1999), que nos parece adequada para o Brasil, é saber se um reajuste do mínimo não é compensado com a diminuição de algum benefício previamente oferecido ao trabalhador (como, por exemplo, férias, vales-transporte, tíquete de alimentação etc.).

Em relação aos estudos de distribuição de salários e de renda, cabe destacar os avanços vinculados ao uso de métodos não-paramétricos. Essa estratégia permite reportar com precisão como o formato dessas distribuições é alterado por reajustes do mínimo. Estima-se um contrafactual da função de densidade caso as observações só fossem afetadas pelo salário mínimo. DiNardo, Fortin e Lemieux (1996) foram os pioneiros nessa estratégia para analisar a distribuição de salários. Newmark, Schweitzer e Wascher (1998) aplicam uma estratégia parecida para a distribuição de renda, aperfeiçoando o controle para outros fatores que afetam essa distribuição.

Outro estudo recente que apresenta importante contribuição para entender o efeito do mínimo sobre o emprego é o de Portugal e Cardoso (2001). Os autores aproveitam a disponibilidade de um painel de empresas e trabalhadores para identificar o efeito do mínimo em admissões e desligamentos em um instante do tempo em que o mínimo só aumentou para os jovens em Portugal. Dessa forma, é possível não só distinguir os efeitos sobre oferta e demanda por trabalho, como também aqueles oriundos de componentes dessas dimensões, quais sejam: nascimento, morte, expansão e contração de firmas.

7 BALANÇO GERAL E SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS

Os trabalhos realizados até a primeira metade da década de 1980, que analisam a proporção de trabalhadores recebendo até um determinado múltiplo do salário mínimo, em sua maioria afirmam que o salário mínimo tinha (alguma) importância na determinação dos outros salários [exceto Macedo e Garcia (1978)]. Conforme apresentado no Quadro 1, a maioria dos artigos analisados encontra alguma relação entre salário mínimo e outros salários.

Contudo, cabem algumas considerações quanto: *a)* ao período sob análise e *b)* aos métodos utilizados. Quanto ao período sob análise, artigos como Bacha, Mata e Modenesi (1972), Drobny e Wells (1983), Carneiro e Faria (1997) e Soares (1998) mostram que a escolha do período influencia os resultados. Quanto à metodologia, após o questionamento feito por Cacciamali, Portela e Freitas (1994), diversos autores têm buscado testar a direção causalidade entre salário mínimo e salário médio, mas não há consenso, particularmente quando se considera mais de um período na análise.

Efeitos do Salário Mínimo sobre Outros Salários

Artigos	Resultados	Metodologia
Bacha, Mata e Modenesi (1972)	Salário mínimo é importante, mas sua importância vinha decrescendo no final da década de 1960.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise da evolução da proporção de trabalhadores da indústria com remuneração fixada em torno do mínimo. ✓ Período entre 1940 e 1969.
Macedo e Garcia (1978)	Salário mínimo não é importante para determinação dos níveis salariais dos trabalhadores não-qualificados.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise da evolução da proporção de trabalhadores recebendo até 1,5 salário mínimo. ✓ Período entre 1967 e 1974. ✓ Base de dados: Lei dos 2/3, censos e PNAD.
Souza e Baltar (1979)	Salário mínimo é importante na determinação da taxa de salários e farol para as remunerações dos não-qualificados.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise da proporção de trabalhadores na indústria automobilística recebendo até 2 ou 2,5 salários mínimos, complementada pela análise da dispersão da taxa de salários entre 1961 e 1971. ✓ Dados do Dieese.
Sabóia (1985)	Salário mínimo é importante na determinação da taxa de salários da economia brasileira.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Proporção de trabalhadores recebendo até 1,5 salário mínimo e análise dos pisos salariais negociados por algumas categorias. ✓ Base de dados: Rais, Lei dos 2/3, dados do Dieese.
Bacha e Taylor (1978)	Salário mínimo tem efeito positivo sobre salário médio.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise de regressão, tendo como variável dependente o salário médio.
Drobny e Wells (1983)	Entre 1969 e 1973, salário mínimo determina taxa de salários dos não-qualificados. Entre 1974 e 1979, vale a hipótese de mercado. Concluem que salário mínimo determina taxa de salários.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise de regressão, salário-hora dos serventes da construção civil de cada unidade da Federação como variável dependente e salário mínimo regionalizado como variável independente. ✓ Análise de séries de tempo.
Velloso (1990)	Trabalhadores com carteira: salário mínimo relevante na determinação do salário médio. Trabalhadores sem carteira: resultados são inconclusivos.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estima regressões separadas para trabalhadores com carteira e sem carteira, tendo como variável dependente o logaritmo do salário médio (ou mediano) real dos empregados não-qualificados e como variável independente o logaritmo do salário mínimo real. Em outra estimação, inclui a taxa de desemprego como variável independente. ✓ Base de dados: PNAD, dados para regiões metropolitanas. ✓ Período: 1976 a 1986.
Carneiro e Henley (1998)	Resultados de regressão: relação positiva entre salário mínimo e salário médio. Resultados de cointegração: oposto da regressão.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise da relação existente entre salário mínimo e salário médio da indústria para São Paulo, através de regressão e cointegração.
Hoffmann (1973)	Salário mínimo negativamente correlacionado com concentração da distribuição.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise de regressão.
Camargo (1984)	Salário mínimo comprime a distribuição de salários (afeta mais aqueles com menores salários).	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise de regressão tendo como variável dependente a razão do salário dos trabalhadores ligados a funções administrativas e o dos ligados à produção.

(continua)

(continuação)

Artigos	Resultados	Metodologia
Fajnzylber (2001)	Salário mínimo tem efeito maior quanto menor a remuneração do trabalhador.	✓ Análise de regressão que permite identificar como a relação entre salário mínimo e outros salários é afetada pela posição relativa do trabalhador na distribuição de salários. ✓ Análise para setor formal e informal e, também, por sexo e posição na família (chefe e não-chefe). ✓ Base de dados: PME.
Lemos (2001)	Salário mínimo tem efeitos sobre todos os decis da distribuição de salários, mas com efeitos maiores para os decis inferiores.	✓ <i>Pooling</i> das seis regiões metropolitanas da PME e 214 meses.
Cacciamali, Portela e Freitas (1994)	Empregados com carteira: salário mínimo real Granger causa o salário médio real. Empregados sem carteira: independência entre estas variáveis.	✓ Causalidade de Granger. ✓ Base de dados: PME para a região metropolitana de São Paulo.
Barros e Lemos (1998)	Bicausalidade entre salário mínimo e salário médio.	✓ Causalidade de Granger. ✓ Base de dados: PME.
Soares (1998)	Mudança na relação entre salário médio e salário mínimo após 1990, quando a direção da causalidade passa a ser do salário médio para o salário mínimo.	✓ Teste para quebra estrutural. ✓ Causalidade de Granger, somente não-qualificados. ✓ Base de dados: PME.
Carneiro e Faria (1997)	Entre janeiro de 1980 e dezembro de 1985, salário mínimo Granger causa salário médio. Entre janeiro de 1986 e dezembro de 1993, não há determinação de um sobre o outro.	✓ Modelo teórico. ✓ Teste para quebra estrutural. ✓ Causalidade de Granger.

Quanto aos efeitos do salário mínimo sobre distribuição de renda e pobreza (Quadro 2), a ausência de consenso é mais clara. Há aqueles que defendem um significativo efeito do salário mínimo sobre a pobreza e/ou sobre a distribuição de renda e aqueles que defendem o contrário. Metodologicamente, os estudos que consideram outros efeitos do salário mínimo, entre eles aqueles que estimam a elasticidade-emprego do mínimo, devem ser considerados como ponto de partida por pesquisadores que queiram estudar os efeitos do mínimo sobre distribuição de renda e pobreza.

Sem dúvida, a maior lacuna a ser preenchida está relacionada aos efeitos do salário mínimo sobre emprego, cuja síntese dos resultados aparece no Quadro 3. São necessárias explicações teóricas mais sofisticadas que incorporem imperfeições relevantes do mercado de trabalho. Informação assimétrica e argumentos de *matching* já estão sendo incorporados em modelos teóricos, ou mesmo em explicações de outros fatos relacionados ao mercado de trabalho, constituindo, portanto, uma extensão natural a ser seguida.

Salário Mínimo, Distribuição de Renda e Pobreza

Artigos	Resultados	Metodologia
Cardoso (1993)	Maiores valores do salário mínimo estão associados a maiores índices de desigualdade (Theil e Gini).	✓ Estimação de formas reduzidas da relação entre salário mínimo e distribuição de renda, sem incorporar outros efeitos sobre o mercado de trabalho.
Neri (1997)	Proporção de pobres se reduz com aumentos do salário mínimo.	✓ Variação na proporção de pobres em decorrência de aumentos do mínimo, sem incorporar outros efeitos sobre o mercado de trabalho. ✓ Base de dados: PNAD.
Hoffmann (1998)	Maiores valores do salário mínimo estão associados a menores índices de desigualdade.	✓ Estimação de formas reduzidas da relação entre salário mínimo e distribuição de renda, sem incorporar outros efeitos sobre o mercado de trabalho.
Reis e Ramos (1994)	Os recebedores do salário mínimo encontram-se nos decis superiores da distribuição, por isso, acreditam que o efeito distributivo deve ser pequeno.	✓ Descrição detalhada daqueles que recebem salário mínimo e da sua posição relativa na distribuição de renda familiar.
Reis (1989)	Impactos inexpressivos do salário mínimo sobre a desigualdade.	✓ Análise dos impactos do salário mínimo via outros salários. ✓ Considera aqueles que recebiam entre 0,75 e 1 salário mínimo. ✓ Considera aumentos apenas trabalhadores com carteira assinada.
Neri, Gonzaga e Camargo (2001)	Pobreza se reduz com aumentos do salário mínimo, com importante contribuição dos efeitos informais do mínimo (efeitos sobre sem-carteira e conta-própria).	✓ Analisam impactos de aumentos do mínimo sobre trabalhadores com carteira, sem carteira e autônomos. ✓ Analisam incidência dos recebedores do mínimo e simulam como o aumento do mínimo afeta a pobreza.
Barros <i>et alii</i> (2001)	Pobreza cai quando não se incorporam efeitos sobre emprego. Há aumento na pobreza quando se consideram efeitos sobre emprego, porém este não é suficiente para reverter a queda relacionada à queda da pobreza derivada do aumento salarial.	✓ Utilizam caráter longitudinal da PME, acompanhando indivíduos nos meses anteriores e posteriores ao reajuste. ✓ Decompõem a variação observada nos níveis de pobreza em componentes relacionados aos aumentos do mínimo e outros fatores. ✓ Num segundo momento, consideram perda de emprego derivada de aumentos do mínimo.
Ramos e Reis (1995)	Resultados limitados de aumentos do mínimo sobre desigualdade e pobreza.	✓ Introduzem efeito do mínimo sobre emprego, considerando várias elasticidades do emprego ao salário mínimo. ✓ Supõem que parte dos trabalhadores que perdem emprego no setor formal é absorvida pelo setor informal.
Barros, Corseuil e Cury (2000)	Impactos inexpressivos do mínimo sobre pobreza e esta até aumentaria se não houvesse impacto sobre aposentadorias vinculadas ao mínimo.	✓ Análise de equilíbrio geral.

Salário Mínimo e Transições no Mercado de Trabalho

Artigos	Resultados	Metodologia
Neri (1997)	Aumentos no salário mínimo tendem a diminuir a proporção de pobres.	✓ Análise de regressão. ✓ Base de dados: PME.
Foguel (1997)	Aumentos no salário mínimo tendem a aumentar o percentual de inativos e desocupados. Mudanças no grau de formalização derivadas de aumentos do mínimo, tendendo a elevar a proporção de empregados com carteira assinada. Para outras posições, aumentos do salário mínimo tendem a reduzir sua proporção no mercado de trabalho.	✓ Analisa efeitos do salário mínimo sobre desemprego, atividade, grau de formalização, proporção de ocupados e outros. ✓ Utiliza método de diferenças em diferenças, através de um "experimento natural" dado pelos salários mínimos regionais existentes até 1984. ✓ Base de dados: PME.
Foguel, Ramos e Carneiro (2001)	Impacto negativo do salário mínimo sobre o emprego formal no longo prazo, ocorrendo o contrário sobre os empregados do setor informal. Dinâmica de curto prazo apresenta mesmo padrão.	✓ Análise de séries de tempo, para estimar os efeitos de curto e longo prazos do salário mínimo sobre o setor formal e informal. ✓ Base de dados: PME.
Fajnzylber (2001)	Efeitos negativos e modestos sobre empregados com carteira e negativos, mas de maior magnitude sobre os sem-carteira e autônomos.	✓ Análise das elasticidades-emprego do mínimo.
Corseuil e Morgado (2001)	Resultados inconclusivos.	✓ Utilizam o método de diferenças em diferenças contrastando a probabilidade de transição dos trabalhadores com remuneração no intervalo definido pelos valores do mínimo, antes e depois dos reajustes. ✓ Base de dados: PME
Lemos (2001)	Resultados robustos para as especificações alternativas dos modelos, mas aumentos do salário mínimo teriam um efeito nulo ou ligeiramente negativo, tanto sobre postos como sobre horas trabalhadas.	✓ Análise dos efeitos do salário mínimo decompondo o efeito do emprego em homens (número de empregados) e horas trabalhadas. Utiliza várias especificações e um <i>pooling</i> para seis regiões metropolitanas da PME.

Estudos que considerem efeitos de curto e longo prazos do mínimo podem ser considerados como um avanço metodológico. O caso brasileiro apresenta uma particularidade que também necessita de maiores fundamentos teóricos. Essa particularidade é o setor informal, que se mostra quase tão influenciado pelo mínimo quanto o setor formal. Adicionalmente, em consequência de uma elevação do salário mínimo, as diversas transições possíveis (inatividade, desemprego, informalidade e formalidade) devem ser consideradas.

No que tange às análises empíricas sobre o efeito do salário mínimo no emprego, vale a pena investigar se os resultados expostos em Foguel (1997), referentes à década de 1980, ainda são válidos, em virtude da aparente distinta realidade da economia brasileira hoje em dia. Um importante instrumento para esse tipo de investigação consiste na mudança no aparato legal implementada pelo governo federal que, a partir desse ano, permitiu que os estados implementassem pisos superiores ao

nacional. O Rio de Janeiro tentou fixar um salário mínimo superior ao nacional. Esbarrou na decisão do Supremo Tribunal Federal (STJ), que disse que a medida do governo não deve ser interpretada como um salário mínimo regional, mas como pisos salariais para diferentes categorias. De qualquer forma, se os estados fixarem salários diferenciados e se estes forem efetivos, abre-se uma possibilidade de se utilizar essa diferenciação para avaliar os impactos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho. Isso pode permitir um estudo análogo ao desenvolvido por Card e Krueger (1994).

Algumas questões relacionadas à especificação do modelo merecem ser mais discutidas. Quem deve ser considerado como afetado pelo salário mínimo no Brasil? A análise deve ser feita diferenciando por qualificação? O que se entende por qualificação? Os grupos de qualificação, como aqueles propostos por Velloso (1990), correspondem a melhor especificação? Deve-se guiar pela remuneração? Nesse caso deve-se considerar apenas aqueles que ganham exatamente um salário mínimo (como o faz a maior parte dos estudos) ou deve-se considerar trabalhadores entre 0,75 e 1,25 salário mínimo [como propõem Reis e Ramos (1994)], ou aqueles que ganham 0,5, 1, 2 e 3 salários mínimos [como no estudo de Neri, Gonzaga e Camargo (2001)]? Qual a importância da análise que segmenta por gênero e por raça? Deve-se considerar o salário mínimo mensal ou o salário mínimo horário?

Não foi objeto dessa resenha o debate referente ao impacto do salário mínimo sobre a previdência social, o déficit público e a inflação. Contudo, não se pode deixar de destacar a importância destes temas para a discussão sobre o salário mínimo e bem-estar no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- BACHA, E., MATA, M., MODENESI, R. *Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra: uma interpretação do problema e seu debate*. IPEA, 1972 (Coleção Relatórios de Pesquisa, 12).
- BACHA, E., TAYLOR, L. Brazilian income distribution in the 60's: facts, model results and the controversy. *Journal of Development Studies*, v. 14, n. 3, p. 271-297, 1978.
- BARROS, R. P. de, CORSEUIL, C. H., CURY, S. Salário mínimo e pobreza no Brasil: estimativas que consideram efeitos de equilíbrio geral. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2000.
- BARROS, R. P. de, CORSEUIL, C. H., FOGUEL, M., LEITE, P. Uma avaliação dos impactos do salário mínimo sobre o nível de pobreza metropolitana no Brasil. *Economia*, v. 2, n. 1, p. 47-72, 2001.
- BARROS, A. R., LEMOS, S. O salário mínimo e o salário médio na economia brasileira. *Anais do XXVI Encontro Brasileiro de Economia*. Vitória: Anpec, 1998.
- BROWN, C. Minimum wage, employment, and the distribution of income. In: ASHENFELTER, O., CARD, D. *Handbook of Labor Economics*, v. 3, cap. 32, 1999.

- CACCIAMALI, M. C., PORTELA, A., FREITAS, E. O papel do salário mínimo nos anos 80: novas observações para o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, v. 48, n. 1, jan./mar. 1994.
- CAMARGO, J. *Minimum wage in Brazil: theory, policy and empirical evidence*. Rio de Janeiro: PUC, 1984 (Texto para Discussão, 67).
- CAMARGO, J., LANDAU, H. Política de salário mínimo e distribuição da renda no Brasil. *Anais do XIII Encontro Nacional de Economia*, Anpec, 1985.
- CAMARGO, J., SERRANO, F. *Os dois mercados: homens e mulheres na indústria brasileira*. PUC, 1983 (Texto para Discussão, 46).
- CARD, D., KRUEGER, A. Minimum wage and employment: a case study of the fast-food industry in New Jersey and Pennsylvania. *American Economic Review*, v. 84, n. 4, p. 772-793, 1994.
- _____. *Myth and measurement: the economics of minimum wage*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- CARDOSO, E. Cyclical variations of earnings inequality in Brazil. *Revista de Economia Política*, v. 13, n. 4, (52), p. 112-123, 1993.
- CARNEIRO, F. G. *Impactos do salário mínimo sobre emprego no Brasil: evidências a partir de séries de tempo*. Universidade Católica de Brasília, 2001, mimeo.
- CARNEIRO, F. G., FARIA, J. R. Causality between the minimum wage and other wages. *Applied Economics Letters*, v. 4, p. 507-510, 1997.
- CARNEIRO, F. G., HENLEY, A. Wage determination in Brazil: the growth of insider power and informal employment. *Journal of Development Studies*, v. 34, p. 117-138, 1998.
- COELHO, D. *Salário mínimo como um instrumento de coordenação do mercado de trabalho*. UFF/Departamento de Economia, 1999 (Dissertação de Mestrado).
- CORSEUIL, C. H., MORGADO, W. *Salário mínimo, distribuição de salários e emprego no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, mimeo.
- DINARDO, J., FORTIN, N., LEMIEUX, T. Labor market institutions and the distributions of wages, 1973-92; a semi-parametric approach. *Econometrica*, v. 64, n. 5, p. 1.001-1.044, 1996.
- DRAZEN, A. Optimal minimum wage legislation. *Economic Journal*, v. 96, n. 383, p. 774-784, 1986.
- DROBNY, A., WELLS, J. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil: uma análise do setor de construção civil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 13, n. 2, p. 415-464, 1983.
- FAJNZYLBER, P. *Minimum wage effects throughout the wage distribution: evidence from Brazil's formal and informal sectors*. Cedeplar-UFMG, 2001 (Texto para Discussão, 151).

- FOGUEL, M. N. *Uma análise dos efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC/Departamento de Economia, 1997 (Dissertação de Mestrado).
- FOGUEL, M., RAMOS, L., CARNEIRO, F. *The impact of minimum wage on the labor market, poverty and fiscal budget in Brazil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para Discussão, 839).
- GRAMLICH, E. Impact of the minimum wages on other wages, employment and family incomes. *Brooking Papers on Economic Activity*, v. 7, p. 409-451, 1976.
- HECKMAN, J., SEDLACEK, G. The impact of the minimum wage on the employment and earnings of workers in South Carolina. *Report of the Minimum Wage Study Comission*, v.V. Washington: US Government Printing Office, 1981.
- HOFFMANN, R. Considerações sobre a evolução recente da distribuição de renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 13, n. 4, p. 7-18, 1973.
- _____. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-97 e a influência da inflação e do salário mínimo. *Economia e Sociedade*, n. 11, p. 277-294, dez. 1998.
- KINGSTON, J. Os salários na indústria e a influência dos novos salários mínimos. *Revista Brasileira de Economia*, v. 8, n. 4, p. 61-78, 1954.
- _____. O impacto do novo salário mínimo. *Revista Brasileira de Economia*, v. 12, n. 3, p. 45-61, 1958.
- _____. Inflação e reajustamentos salariais. *Revista Brasileira de Economia*, v. 13, n. 3, p. 5-23, 1959.
- LANG, K. Pareto improving minimum wage. *Economic Inquiry*, v. 25, n. 1, p. 145-158, 1987.
- LANGONI, C. G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- LEMONS, S. *The effects of minimum wages on wages and employment in Brazil — a menu of minimum wage variables*. London: University College of London, 2001, mimeo.
- MACEDO, R. B., GARCIA, M. E. *Observações sobre a política brasileira de salário mínimo*. IPE/USP, 1978 (Texto para Discussão, 27).
- _____. Salário mínimo e taxa de salário no Brasil: comentário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 3, n. 10, p. 1.013-1.044, 1980.
- MASTERS, A. Wage post in a two sided search and the minimum wage. *International Economic Review*, v. 40, n. 4, p. 809-826, 1999.
- MINCER, J. Unemployment effects of minimum wage. *Journal of Political Economy*, v. 84, n. 4, p. 87-104, 1976.
- NERI, M. O reajuste do salário mínimo de maio de 1995. *Anais do XIX Encontro Brasileiro de Econometria*. Recife: SBE, 1997.

- NERI, M., GONZAGA, G., CAMARGO, J. Salário mínimo, efeito farol e pobreza. *Revista de Economia Política*, v. 21, n. 2, (82), p. 78-90, 2001.
- NEWMARK, D. *The employment effects of recent minimum wage increases: evidence from a pre-specified research design*. 1999 (NBER Working Paper, 7.171).
- NEWMARK, D., SCHWEITZER, M., WASCHER, W. *The effects of minimum wages on the distribution of families incomes: a non-parametric analysis* 1998 (NBER Working Paper, 6.536).
- NEWMARK, D., WASCHER, W. Is the time-series evidence on minimum wage effects contaminated by publication bias? *Economic Inquiry*, v. 36, n. 3, p. 458-470, 1998.
- PERRI, T. Optimal minimum wage legislation: a comment. *The Economic Journal*, v. 100, p. 914-917, 1991.
- PETTENGILL, J. Minimum wage laws with a continuum of worker qualities. *Report of the Minimum Wage Study Commission*, v. VI. Washington: US Government Printing Office, 1981.
- PORTUGAL, P., CARDOSO, A. *Disentangling the minimum wage puzzle: an analysis of job accessions and separations from a longitudinal matched employer-employee data set*. CEPR, 2001 (Discussion Paper, 2.844).
- RAMOS, L., REIS, J. Salário mínimo, distribuição de renda e pobreza no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 25, n. 1, p. 99-114, 1995.
- REBITZER, J., TAYLOR, L. The consequences of minimum wage laws: some new theoretical ideas. *Journal of Public Economics*, v. 56, p. 245-255, 1995.
- REIS, J. Salário mínimo e distribuição de renda. *Perspectiva da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro: IPEA, 1989.
- REIS, J., RAMOS, L. Quem ganha salário mínimo no Brasil? *Perspectiva da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- SABOIA, J. O salário mínimo e a taxa de salários na economia brasileira: novas evidências. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 2, p. 39-66, 1985.
- SEDLACEK, G., BARROS, R. P. de (eds.). *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA, 1989 (Série Monográfica, 35).
- SHAPIRO, C., STIGLITZ, J. Equilibrium unemployment as a worker discipline device. *American Economic Review*, v. 74, p. 433-444, 1984.
- SOARES, F. V. A existência e a direção de causalidade entre o rendimento dos trabalhadores não qualificados por posição na ocupação e o salário mínimo entre 1982 e 1995 — uma análise empírica. *Anais do XXVI Encontro Brasileiro de Economia*, Vitória: Anpec, 1998.
- SOARES, S. *O impacto distributivo do salário mínimo: a distribuição individual dos rendimentos do trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 873).

- SOUZA, P. R., BALTAR, P. E. Salário mínimo e taxa de salários no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 9, n. 3, p. 629-660, 1979.
- _____. Salário mínimo e taxa de salários no Brasil — réplica. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 10, n. 3, p. 1.045-1.058, 1980.
- VELLOSO, R. Salário mínimo e taxa de salários: o caso brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 20, n. 3, 1990.
- WELCH, F. Minimum wage legislation in the United States. In: ASHENFELTER, O., BLUM, J. (eds.). *Evaluating the labor market effects of social programs*. Princeton: Princeton University Press, N. J., USA, 1976.

EDITORIAL

Coordenação
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Supervisão
Helena Rodarte Costa Valente

Revisão
Alessandra Senna Volkert (estagiária)
André Pinheiro
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luiz Carlos Palhares
Miriam Nunes da Fonseca

Editoração
Carlos Henrique Santos Vianna
Rafael Luzente de Lima
Roberto das Chagas Campos
Ruy Azeredo de Menezes (estagiário)

Divulgação
Libanete de Souza Rodrigues
Raul José Cordeiro Lemos

Reprodução Gráfica
Edson Soares

Brasília
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
10º andar – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 315-5336
Fax: (61) 315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

Rio de Janeiro
Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14º andar
20020-010 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3804-8118
Fax: (21) 2220-5533
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares